

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
COMUNICAÇÃO SOCIAL – RÁDIO E TV

MARIA GABRIELA TRINDADE SANTOS

**ESG E VINCULAÇÃO SOCIAL: O FENÔMENO ESG  
COMO PROCESSO COMUNICACIONAL**

SÃO LUÍS – MA

2023

MARIA GABRIELA TRINDADE SANTOS

**ESG E VINCULAÇÃO SOCIAL: O FENÔMENO ESG COMO PROCESSO  
COMUNICACIONAL**

Monografia apresentada a coordenação do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de bacharel em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Bezerra Costa

SÃO LUÍS – MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Maria Gabriela Trindade.

ESG E VINCULAÇÃO SOCIAL : O fenômeno ESG como processo comunicacional / Maria Gabriela Trindade Santos. - 2023.  
56 f.

Orientador(a): Ramon Bezerra Costa.

Monografia (Graduação) - Curso de Comunicacao Social - Rádio e Tv, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2023.

1. Comunicação. 2. ESG. 3. Sustentabilidade. 4. Vinculação Social. I. Bezerra Costa, Ramon. II. Título.

**MARIA GABRIELA TRINDADE SANTOS**

**ESG E VINCULAÇÃO SOCIAL: O FENÔMENO ESG COMO UM PROCESSO  
COMUNICACIONAL**

Monografia apresentada a coordenação do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de bacharel em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Bezerra Costa

Aprovado em / /

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Ramon Bezerra Costa (Orientador)**

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

---

Profª Dra. Flávia de Almeida Moura

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

---

Profª Dra. Patricia Rakel de Castro Sena

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

## AGRADECIMENTOS

Primeiro à mim, por conseguir ultrapassar os obstáculos para que essa pesquisa pudesse ser concluída.

Aos meus pais, Fred e Priscila, professores exemplares que me ensinaram respeito, humildade e principalmente a valorizar o estudo como uma ferramenta de crescimento pessoal. Vocês são fonte constante de inspiração.

À minha irmã, estudiosa nata, que sempre se encantou pelo que eu tenho a dizer sobre as coisas que eu aprendi.

À minha avó Carmita, minha segunda mãe, que não mede esforços para demonstrar o quanto me ama.

À minha avó Crisantheme, pelo carinho e atenção dedicados na revisão geral do texto e por sempre se fazer presente em todas as etapas da minha vida.

À minha namorada, Mariana Portela, por ser muito mais do que um dia eu pude imaginar. Sua presença ao meu lado, seu apoio constante e seu amor foram essenciais para que eu pudesse enfrentar os desafios e concluir esta pesquisa.

Ao meu orientador, Ramon Bezerra, que enxergou em mim o que eu nem mesmo era capaz de ver. Por sua dedicação, paciência e disposição em compartilhar seu vasto conhecimento. Ser membro do grupo de pesquisa ETC, sob sua orientação, proporcionou experiências e debates incríveis. Além disso, agradeço por ter me presenteado com o tema deste trabalho, por me instigar e me motivar durante todo o processo.

Aos meus queridos professores que estiveram presentes ao longo da minha caminhada acadêmica. Vocês não apenas compartilharam conhecimento, mas também demonstraram humanidade, dedicação e preocupação com os alunos. Sou grata por cada lição, conselho e inspiração que recebi de vocês.

Na oportunidade, agradeço a todos os meus amigos e companheiros de jornada acadêmica, vocês são incríveis.

Não posso me esquecer das tias da limpeza, o pessoal do lanche e o rapaz que cuida dos carros, na qual minha irmã, aluna egressa da UFMA, me apresentou no meu primeiro dia de aula.

Por fim, às minhas cachorrinhas, Tieta que está no céu dos cachorros brincando com seu amigo favorito, o Bart. Hilda e Lilica minhas companheiras fiéis, que trazem alegria à minha vida e me lembram constantemente do poder curativo e revitalizante do amor incondicional.

*“Sexo frágil não foge à luta”*

(Rita Lee)

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o entendimento do fenômeno ESG (Environmental, Social e Governance) como um processo de vinculação social, baseado na perspectiva comunicacional de Sodré (2014). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de análise bibliográfica. Com base nisso, construiu-se um panorama histórico para a compreensão dos paradigmas econômicos de cada época, os quais ajudaram a perceber os diferentes processos de vinculação social entre as organizações e a sociedade. Além disso, este estudo indicou a necessidade e a emergência de implantação dos processos ESG para uma gestão empresarial mais alinhada com as necessidades da sociedade e do planeta.

**Palavras-chave:** ESG; Sustentabilidade; Vinculação social; Comunicação.

## **ABSTRACT**

This paper aims to reflect on the understanding of the ESG (Environmental, Social, and Governance) phenomenon as a social bonding process, based on Sodré's (2014) communicational perspective. It is a qualitative research conducted through bibliographic analysis. Based on this, a historical overview was constructed to comprehend the economic paradigms of each era, which helped to perceive the different processes of social bonding between organizations and society. Furthermore, this study indicated the need and urgency of implementing ESG processes for a business management that is more aligned with the needs of society and the planet.

**Keywords:** ESG; Sustainability; Social bonding; Communication.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.:</b> Dimensões da sustentabilidade como placas tectônicas .....	28
--	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Agenda 21: Políticas e ações de responsabilidade ambiental.....	25
<b>Quadro 2.</b> Evolução do tema sustentabilidade nas empresas.....	26
<b>Quadro 3.</b> Exemplos de problemas com uma ampla gama de impactos nas empresas .	31
<b>Quadro 4.</b> ESG nos últimos anos nas Redes Sociais .....	33
<b>Quadro 5.</b> Seis pilares estratégicos para os gestores que atuam com ESG .....	34
<b>Quadro 6.</b> Mudança de paradigmas (Consciências e organizações) .....	48

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.:</b> Busca pelo termo ESG nos últimos 5 anos.....	32
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 COMUNICAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> .....	17
<b>1.1 Comunicação como processo de vinculação social</b> .....	17
<b>1.2 A trajetória da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável como processo de vinculação social</b> .....	20
<b>1.2.1 De Hans Carlowitz à RIO-92</b> .....	20
<b>2 ESG: ENVIRONMENTAL, SOCIAL, GOVERNANCE</b> .....	26
<b>2.1 ESG: Fatores históricos e características</b> .....	26
<b>2.1.1 Entendendo o fenômeno</b> .....	29
<b>2.2 Para finalizar</b> .....	36
<b>3 ESG COMO UM PROCESSO COMUNICACIONAL</b> .....	38
<b>3.1 Antes do desenvolvimento sustentável</b> .....	38
<b>3.2 No desenvolvimento sustentável</b> .....	39
<b>3.3 Com o surgimento do ESG</b> .....	41
<b>3.3.1 E de Environmental (Meio ambiente)</b> .....	43
<b>3.3.2 S de Social (Social)</b> .....	44
<b>3.3.3 G de Governance (Governança corporativa)</b> .....	46
<b>3.4 ESG como processo de vinculação social</b> .....	47
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	50
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	52

## 1 INTRODUÇÃO

O século XXI trouxe mudanças para o mercado corporativo, deixando de lado a ideia reducionista de que apenas o capital gerado poderá sustentar uma empresa. É nesse lugar que o termo ESG - Environmental, Social e Governance, (em tradução livre meio ambiente, social e governança) ganha espaço nas organizações. Uma visão sistêmica, que transcende a sustentabilidade e através de uma gestão integrada, busca suprir as necessidades das gerações atuais, preservando a possibilidade de existência de gerações futuras. Diante disso, a pesquisa aqui relatada buscou refletir sobre o entendimento do fenômeno ESG como um processo de vinculação social, isto é, comunicacional, baseado na perspectiva da comunicação de Sodré (2014). Nesse sentido, para pensar sobre esse objetivo, partiu-se do seguinte questionamento: Como se dá o entendimento do ESG como um processo de vinculação social?

Conforme o Pacto Global, Falconi e Stilingue (2023), em 2019 havia cerca de 3,4 mil citações sobre ESG no meio digital, das quais 30% foram impulsionadas pela imprensa tradicional. Em 2020 foram 22 mil publicações a respeito. Já em 2021 o crescimento foi 5 vezes maior, atingindo aproximadamente 100 mil publicações. A partir desses dados, é possível inferir que o tema ESG tem crescido significativamente, se destacando com relevante aumento do volume de discussões e conteúdos gerados a respeito do tema ESG no ambiente digital brasileiro. Nesse contexto, emerge a necessidade de refletir acerca desse fenômeno, compreender suas características e aplicações, visando discutir a elaboração dos sujeitos, realidades e experiências geradas a partir desse fenômeno.

A sigla ESG deriva da expressão em inglês “Environmental, Social and Governance” em tradução livre ‘Meio ambiente, social e governança’, de acordo com Aron Belinky (2021), resume a proposta de que um negócio deve ser avaliado não só pelos critérios usuais do mercado, como rentabilidade, segurança, competitividade, resiliência, mas também pelos seus atributos ambientais, sociais e de governança corporativa.

Esse movimento no âmbito dos negócios, como é evidente, tem convergência com a agenda da sustentabilidade, especialmente no que diz respeito às expectativas sobre o papel das empresas e dos investidores na transição para uma sociedade economicamente próspera, socialmente justa e ambientalmente viável (BELINKY, 2021). Nesse contexto,

entende-se ESG como uma abordagem, destacando-o como uma forma de compreender as organizações que resultam dos processos de vinculação social

Nessa perspectiva, observa-se que a construção do sujeito resulta na construção do coletivo e vice-versa. Pressupõe-se que há um ciclo na qual um sempre modifica o outro. Este ciclo pode ser entendido como um processo comunicacional. Muniz Sodré (2014) compreende esse processo como a construção de um vínculo, um elo a partir do qual a realidade, as experiências e os sujeitos são elaborados. Dessa forma o vínculo não é uma coisa ou uma substância, mas uma relação que se constrói, entendida como *comum* que é anterior ao próprio sujeito, à linguagem e ao sentido. Portanto, o conceito de vinculação social é necessário para compreender essa relação sujeito-coletivo, tendo a comunicação como base para construção desse ciclo.

Desta forma, abordar um fenômeno pela perspectiva comunicacional, como um processo de vinculação social, implica refletir sobre o contexto no qual os sujeitos estão inseridos, bem como as vivências e os valores que fazem parte das relações. Partindo dessa premissa, os objetivos específicos foram: 1) Refletir sobre a comunicação como um processo de vinculação social que constitui sujeitos e modos de vida. 2) Delinear fatores históricos que contribuíram para a emergência e a popularização do fenômeno ESG. 3) Explicitar o fenômeno ESG. 4) Sistematizar o ESG como um processo de vinculação social.

Posto isso, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, explora-se a comunicação como um processo de vinculação social, na esteira de Sodré (2014), Braga (2011), França (2001) e Costa (2018), além de discutir a trajetória e a contextualização histórica da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. O segundo capítulo define o fenômeno ESG, abordando suas características e aplicações. Por fim, o terceiro capítulo retoma os anteriores, sistematizando três momentos: Antes do desenvolvimento, no desenvolvimento sustentável e com o ESG, visando aclarar esses contextos como processos de vinculação social distintos e específicos.

Cabe aqui ressaltar a importância desse trabalho monográfico ao perceber a escassez de pesquisas sobre a temática e a necessidade de dar-lhe visibilidade nos mais diversos campos, colocando-o como necessário para estudar as questões de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na área da Comunicação e no Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Além das influências que surgiram com a experiência da iniciação científica, o interesse pelo objeto de pesquisa aqui relatada, está fundamentado, sobretudo, em dois

aspectos de cunho pessoal da autora da monografia em questão: a inquietação com a destruição do meio ambiente, tendo sido influenciada desde pequena pelos projetos de preservação, tanto da Escola Santa Teresa, quanto no Colégio Marista Araçagy. Escolas que ensinam, acima de tudo, valores para uma vida mais justa, respeitosa e amável com o próximo e com o meio ambiente. E, como outro aspecto, a busca pessoal por consumir de marcas que tenham histórico de respeito com toda a cadeia produtiva. Posteriormente, com a admissão no grupo de pesquisa ETC (Comunicação, Tecnologia e Economia) que foi parte fundamental para inserção da temática empreendedorismo, além da visão da comunicação sob a égide dos pensamentos de Muniz Sodré (2014 e 2015), que favoreceu os insights para a concepção do objeto deste trabalho.

Em suma, cabe aqui destacar o cenário de crises, como o colapso financeiro de 2008, a mutação climática e o advento da Covid-19, tornaram fundamental aprofundar os debates sobre a importância de mudar o contexto de produção capitalista que visa apenas o lucro, sem se dar conta dos impactos ambientais. Fortalecer esse debate é necessário para garantir que a humanidade possa elaborar outros paradigmas econômicos para o século XXI. Além disso, Castro e Costa (2020) afirmam que as tendências mundiais indicam que a sustentabilidade está no foco de empresas, do mercado financeiro, dos consumidores e de muitos governos.

Considerando os objetivos deste estudo, a pesquisa realizada adotou uma abordagem qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa se concentra em compreender um nível de realidade que não pode ser facilmente quantificado (MINAYO et al., 1994, p. 21). Além disso, a autora também enfatiza que a pesquisa qualitativa lida com o universo de significados, motivações, crenças, valores e aspirações, os quais não podem ser adequadamente compreendidos apenas através da análise de variáveis quantitativas.

Essa monografia se encaixa em uma pesquisa exploratória por se tratar da necessidade de fazer relações e reflexões entre conceitos já existentes (GIL, 2002), portanto a produção de uma pesquisa bibliográfica é necessária pois “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45). Posto isso, através da pesquisa bibliográfica, foi possível identificar as principais teorias e abordagens relacionadas ao tema em questão, além de explorar estudos anteriores e suas contribuições para a compreensão do problema. Conforme Gil (2002) essas pesquisas propõem realizar uma maior proximidade com o problema, visando aprimorar ideias e explorar as hipóteses.

De acordo com Manzo (1971), a pesquisa bibliográfica desempenha um papel crucial, pois oferece abordagens para solucionar problemas já identificados, bem como explorar novas áreas em que os problemas ainda não foram suficientemente esclarecidos. Além disso, essa forma de pesquisa proporciona aos pesquisadores um reforço na análise de seus estudos e na manipulação das informações coletadas (TRUJILLO FERRARI, 1974).

Nesse trabalho realizou-se também a pesquisa documental, através de relatórios e documentos gerados por conferências ligadas ao meio ambiente. Nesse sentido, “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45).

Por isso, a escolha da análise bibliográfica e documental como metodologia nesta monografia foi fundamental. Essas abordagens permitiram a revisão da literatura existente sobre o tema, oferecendo uma base para o entendimento do ESG como um processo de vinculação social.

Ao fundamentar-se historicamente e conceitualmente nos campos da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, foi possível compreender as origens, evolução e princípios desses conceitos, bem como suas relações com o fenômeno ESG. Além disso, a análise bibliográfica possibilitou a organização de dados, referências e diferentes perspectivas teóricas, contribuindo para a construção de sentido sobre a temática. É importante ressaltar que, devido à falta de teorias consolidadas, principalmente na área da Comunicação, a análise bibliográfica desempenhou um papel crucial na construção do entendimento sobre o tema.

De acordo com a perspectiva metodológica adotada, os dados foram coletados por meio do uso de livros, artigos, publicações periódicas (jornais e revistas) e pesquisas através do Google Acadêmico, que abordam as principais temáticas relacionadas ao objetivo deste estudo: sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, ESG e vinculação social.

## **1 COMUNICAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Para compreender o fenômeno ESG como um processo comunicacional, é necessário refletir sobre as dinâmicas de vinculação social que na perspectiva adotada aqui caracterizam a Comunicação, o qual está relacionado à construção de sujeitos integrantes da sociedade. Nesse sentido é pertinente traçar a trajetória da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, evidenciando a produção de sentido através das organizações ligadas às questões ambientais. Esse capítulo discute tais questões.

### **1.1 Comunicação como processo de vinculação social**

De acordo com o dicionário Michaelis define-se comunicação como “ato que envolve a transmissão e a recepção de mensagens entre o transmissor e o receptor, através da linguagem oral, escrita ou gestual, por meio de sistemas convencionados de signos e símbolos” (COMUNICAÇÃO, 2020). Essa transmissão de mensagens entre indivíduos, através de um meio, é, a priori, o tripé da comunicação. Conforme Vera França (2002) a definição do objeto de estudo é crucial na constituição de qualquer campo de conhecimento, entretanto, o campo da comunicação é amplo e pode ser observado de vários ângulos, o que dificulta o processo de delimitação desse campo de estudo. Ainda segundo França (2002), as discussões acerca dos objetos da comunicação e suas delimitações não são recentes, tendo sido propostas diversas abordagens ao longo do tempo.

José Luiz Braga (2011) propõe que o objeto da Comunicação não pode ser entendido como “coisas” ou “temas” específicos, mas como uma categoria de processos que são epistemicamente caracterizados por uma abordagem comunicacional. De acordo com Braga (2011) o campo de estudo da comunicação teria como objeto característico a "interação social" (ou, quando necessário maior clareza, "interação comunicacional"), ou simplesmente "interação". Essa percepção parece correlata à de França (2001) que propõe a necessidade de um paradigma mais consistente para consolidar a área da comunicação. Portanto ela compreende a comunicação como:

Um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado através de uma materialidade simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos (FRANÇA, 2001, p.16)

Nota-se também, de acordo com Muniz Sodré (2015), que a internet e as formas de comunicação eletrônica têm levado a uma nova compreensão da comunicação, na qual esta é vista “não mais como um paradigma funcionalista de emissor que provoca efeitos

e esses efeitos são analisados, mas antes a comunicação como organização das relações sociais.” (SODRÉ, 2015, p. 121). Nessa perspectiva, a comunicação não é apenas uma forma de transmitir mensagens por meio de ferramentas sócio-tecnológicas, embora essa abordagem possa ser relevante em alguns contextos, mas também como um processo que exerce influência na constituição dos sujeitos.

De acordo com as considerações de Sodré, a partir de Esposito, se existe na relação: “Não se parte do ‘eu’ ou do ‘não-eu’, mas do ‘com’ constitutivo”. Sob esse prisma, França (2001) sugere que a comunicação é entendida como um processo dinâmico, que institui sentidos e relações nas quais os sujeitos não apenas produzem e trocam conteúdos, mas também assumem papéis e se constituem socialmente. Diante da diversidade de fenômenos contemplados pelos estudos da comunicação, Sodré (2011) sugere que a convergência desse campo se encontra na ‘vinculação social’. De acordo com ele:

É o que se divisa no caso da comunicação: a multiplicidade dos fenômenos comunicativos converge reflexivamente para uma identificação teórica da comunicação com o “vínculo” intersubjetivo, seja no nível das operações discursivas para a produção de sentido, seja no nível das formações sociais de controle e gestão do vínculo pelo discurso, como as desenvolvidas no âmbito da mediatização (SODRÉ, 2007, p. 20).

Ainda segundo Sodré (2015) a vinculação é o nível originário da comunicação. “Trata-se do laço coesivo social, o vínculo social que não passa necessariamente por mídia, embora a mídia possa estar presente na influência desse vínculo” (SODRÉ, 2015, p. 123). Para Costa (2018) esse vínculo é como um elo a partir do qual a realidade, as experiências, os sujeitos são elaborados. Portanto, Sodré (2015) propõe que o vínculo não é uma ‘coisa’, mas uma relação que se constrói. Para o autor, comunicar significa estabelecer constantemente o comum entre os membros da comunidade, não como um grupo agregado, mas como uma vinculação. O preenchimento desse comum, uma espécie de “vazio a vir a ser”, é que concretiza a vinculação social. Consequentemente, os processos comunicacionais não apenas transmitem mensagens, mas organizam os vínculos sociais. Nessa perspectiva:

O sujeito que se comunica é o mesmo ser como “entre”, logo, uma interioridade destinada a uma exterioridade, o Outro, a ser entendida antropológica ou psicanaliticamente como uma dimensão imprescindível à instauração do comum. Em outras palavras, é o sujeito de um diálogo estrutural, inerente à ideia de *communicatio* (SODRÉ, 2014, p. 214).

Por conseguinte, entende-se a necessidade de instaurar o comum com o outro para existir enquanto sujeito. Esse "outro" pode ser uma pessoa, um objeto ou qualquer outra entidade que seja diferente do sujeito e que exerça influência. Essa ideia ajudará a

compreender como a relação entre os indivíduos, o meio ambiente e as organizações produzem sentido para além das questões financeiras.

Nesse sentido, faz-se necessário conceituar as organizações, portanto, Margarida Kunsh (2003) afirma que o termo "organizações" é amplamente utilizado para referir-se a uma variedade de formas de agrupamentos de pessoas que se associam de forma intencional, trabalham em conjunto, desempenham funções específicas e buscam alcançar objetivos comuns, com o propósito de satisfazer necessidades da sociedade.

Desse modo, vale ressaltar que ao observar o mundo ao redor percebe-se que ele está em constante transformação o que torna compreensível acreditar que as organizações, logo, os processos de vinculação social também estão passando por mudanças. Essa percepção é correlata à de Marlene Marchiori (2010, p. 149) onde a:

Organização e comunicação constituem processos e relacionamentos, sendo a linguagem constituinte fundamental, visto que ela cria, por meio das pessoas, uma realidade. Essa mesma realidade sofre alterações, pois as situações são recriadas a cada mudança de contexto.

Nesse sentido, Frederic Laloux no livro *Reinventando Organizações* (2016) sugere que a humanidade evolui em estágios, através de transformações repentinas e em cada nível de evolução humana tudo muda, inclusive os modelos organizacionais e essas organizações são a expressão da visão de mundo de cada estado de desenvolvimento.

Diante disso, parece possível considerar que, dependendo do estágio de desenvolvimento de uma organização haverá diferentes experiências de instauração do comum e, conseqüentemente, de vinculação social. Entretanto, segundo Sodré (2015), a instauração desse comum não é sempre uma experiência pacífica, o afeto é uma condição originária do vínculo, podendo também gerar discordâncias. Ainda, de acordo com Costa (2018), dependendo da natureza do afeto envolvido, haverá diferentes experiências de instauração do comum e, conseqüentemente, de vinculação social:

Nós nos juntamos socialmente primeiro por relações de coexistência, de proximidade. Estar simplesmente junto ainda que se odeie. Estar junto e brigar com quem não quer estar junto e fazer guerra. Essa relação, mesmo de força, ainda é afeto. Isso significa que afeto é tudo o que escapa à racionalidade instrumentalizada pelo signo, pela palavra. (SODRÉ, 2015, p.124)

Destarte, Costa (2018) propõe que a instauração do comum se dá a partir dos processos de vinculação social, a partir do processo comunicacional que, assim como nos processos de produção social de subjetividade, constitui os sujeitos e diferentes formas de estar no mundo, marcado principalmente, não pelas expressões interiorizadas do sujeito, mas por uma experiência coletiva, formada por um fluxo permanente de sentimentos, desejos, emoções, valores, crenças que se entrelaçam nas áreas técnicas,

sociais e pessoais.

## **1.2 A trajetória da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável como processo de vinculação social.**

Para compreender os processos ESG como um fenômeno presente nas organizações contemporâneas, com uma visão sistêmica que transcende a sustentabilidade, é preciso estender o olhar sobre a própria sustentabilidade e para o discurso do desenvolvimento sustentável que ecoam nas métricas desenvolvidas pelo fenômeno ESG.

A próxima seção apresenta fatores históricos que contribuíram para a emergência e a popularização do fenômeno ESG, através da análise de documentos históricos disponibilizados pela ONU (Organização das Nações Unidas, 1968, 1972, 1987, 1992), evidenciando os processos de vinculação social propostos por Sodré (2007, 2014, 2015). É importante destacar que o entendimento e o reconhecimento das concepções de organizações ligadas à sustentabilidade ajudam a refletir sobre ESG como um processo comunicacional, pois entende-se que as organizações são constituídas a partir do processo de vinculação social, ou seja, comunicacional, que elabora modos de vida, experiências, sujeitos, realidades.

### **1.2.1 De Hans Carlowitz à RIO-92**

A problemática da escassez de recursos foi observada pelo alemão Hans von Carlowitz. Na obra *Sylvicultura Oeconomica* de 1713, ele destacou a importância de propor uma solução para a degradação ambiental, visando combater a carência de madeira da época, que ameaçava a economia do seu país. O autor observou que a velocidade na qual as árvores eram cortadas era sempre superior à velocidade em que as árvores demorariam para serem replantadas e crescerem. Aqui faz-se presente o termo ‘sustentabilidade’, usado para referir-se, principalmente, à capacidade de resiliência dos ecossistemas em relação ao uso abusivo dos recursos naturais e desflorestamento (PONTES, 2022). No entanto, apesar de ter sido um fato histórico para concepção da sustentabilidade, o termo em si, só passou a ter as atribuições que se conhece hoje, anos depois.

De acordo com Vilma Machado (2005) a questão ambiental começou a ser desenhada após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), quando o grande potencial destrutivo do ser humano foi constatado com a destruição de Hiroshima por armas

nucleares, e a partir da corrida armamentista estimulada pela Guerra Fria (1947 - 1991) que levou a humanidade a atingir a capacidade de auto-extermínio. Em 1950 os primeiros desenhos da problemática ambiental já eram perceptíveis, principalmente em relação à insegurança associada à destruição das armas atômicas que eram amplamente testadas nessa época. Chuvas ácidas e danos à fauna marinha foram relatadas em locais a quilômetros de distância dos testes. O cenário estava pronto, o debate científico sobre esses acontecimentos entranhou-se na sociedade, causando medo e tensão em relação às armas nucleares. Tornando assim, a poluição nuclear o primeiro problema ambiental global.

Segundo Gurski, Gonzaga e Tendolini (2014), ainda no final da Segunda Guerra, grandes catástrofes como derramamento de petróleo, desaparecimento de territórios selvagens, acúmulo de metais pesados em peixes e aves, pesticidas e outros problemas foram amplamente divulgados pela mídia, fazendo o tema 'natureza' ganhar notória visibilidade. De acordo com Machado (2005) os países europeus, principalmente, a Alemanha e a Inglaterra (berço da revolução industrial) começaram a notar o aumento da poluição do ar, e também o tráfego intenso de veículos e os resíduos industriais passaram a produzir chuvas ácidas nos países escandinavos. Neste momento ficou evidente que o planeta é conectado e que as degradações causadas por seres humanos em um país iriam, conseqüentemente, afetar outros territórios. Nessa mesma época aumentaram as manifestações da sociedade em relação à problemática ambiental, fazendo necessário a criação de espaços institucionais para essas discussões. Portanto,

Em 1968, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) organizou a Conferência sobre a Biosfera em Paris, simbolizando a consciência da perda de qualidade do meio ambiente, colocando esse termo meio ambiente no lugar do então usado "natureza", para dar um sentido mais amplo e por tratar de bens comuns internacionais como o ar, mares e oceanos, o espaço, poluição pelo petróleo e dejetos, demonstrando que esse tema poderia ser debatido não só na esfera científica, mas também econômica e política. (GURSKI, GONZAGA E TENDOLINI, 2014, p. 69)

Na conferência sobre a Biosfera em Paris foi onde as discussões sobre o meio ambiente ganharam maior visibilidade no âmbito mundial. Segundo Machado (2005), no começo da década de 1970, muitos dos elementos que compõem o discurso do desenvolvimento sustentável já estavam estabelecidos. No entanto, somente com a globalização e o aumento da visibilidade das conseqüências do processo de degradação ambiental, é que o referido discurso passou a ser posto em prática.

Se o discurso do desenvolvimento/subdesenvolvimento foi construído como meio para solucionar aspectos centrais de uma questão social, o discurso do Desenvolvimento Sustentável foi construído como resposta a uma questão

ambiental. Esta por sua vez foi se constituindo e ganhando relevo na medida em que “peças supostamente desconexas de um quebra-cabeça global” começaram a se encaixar, tornando claros os riscos da continuidade do processo de degradação das condições de sustentação da vida no Planeta, no ritmo e nos moldes em que vinha ocorrendo (PNUMA, 2004, p. 4).

Portanto, ainda com o intuito de tornar mundialmente visível essas questões ambientais, de acordo com Lago (2013), em 1972 ocorreu a convocação para conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano), a primeira grande reunião organizada pelas Nações Unidas para tratar de questões relacionadas ao meio ambiente. Além de introduzir conceitos e princípios basilares para diplomacia aérea do meio ambiente, também contribuiu para conquistar a atenção da comunidade internacional. De acordo com Gurski, Gonzaga e Tendolini (2014) a Conferência de Estocolmo gerou a Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, documento que tem como objetivo descrever as responsabilidades e nortear as políticas futuras relativas ao meio ambiente. E também um plano de ação com 109 recomendações para ação no âmbito internacional. No entanto, apesar dessas conquistas, ainda houve muitos embates, enquanto os países desenvolvidos queriam aprofundar na questão ambiental devido à pressão dos ambientalistas, os subdesenvolvidos estavam colocando em prática a agenda desenvolvimentista, buscando desenvolvimento industrial e crescimento econômico:

No espaço político e institucional constituído em torno da Conferência de Estocolmo esses dois conjuntos de interesses - um que questiona a sociedade de consumo e outro que busca promovê-la - são colocados em relação; a partir dos embates aí travados, novas correlações de forças foram estabelecidas na perspectiva de que as demandas ambientalistas não afetassem os mecanismos de reprodução do sistema capitalista enquanto modo de produção de mercadorias. A questão ambiental é formulada de maneira a inscrever os problemas levantados em torno dos limites da racionalidade produtiva instaurada pela modernidade - assentada na produção de mercadorias - na ordem do Discurso do Desenvolvimento. (MACHADO, 2005, p. 200)

Essa agenda desenvolvimentista, focada no crescimento econômico, amparado no neoliberalismo, segundo Kate Raworth no livro *Economia Donut* (2019), afeta negativamente o planeta, contribuindo para uma crise financeira contínua, extrema desigualdade e uma destruição sem precedentes do meio ambiente. A autora esclarece que as crises do final do século XX fizeram as políticas serem voltadas para a ‘recuperação da economia’, no entanto para continuar crescendo governos passaram a desprezar leis ambientais, trabalhistas e normas de saúde.

Após 10 anos de avaliação da Conferência de Estocolmo, em 1983, surgiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida pela primeira ministra da Noruega, a Gro Harlem Brundtland, para promover audiências pelo

mundo com o objetivo de criar um documento formal a partir dessas discussões. Então, em 1987 foi lançado o relatório de Brundtland chamado de ‘Nosso futuro Comum’ (Our Common Future), apresentando um novo olhar sobre o desenvolvimento (JAPIASSÚ E GUERRA, 2017). Esse relatório definiu o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46). Aquilo que havia sido motivo de embate entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos na Conferência de Estocolmo, serviu, principalmente, para aproximar mais ainda os termos desenvolvimento e sustentabilidade no relatório de Brundtland. Frisando a necessidade de que os recursos naturais não sejam explorados de forma ilimitada e predatória, além de deixar claro questões no âmbito econômico, social e ambiental.

Segundo Machado (2005) em dezembro de 1989, a Assembleia Geral aprovou a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992, que ficou conhecida como RIO-92 ou ECO-92. Diferentemente da CMMAD, que tinha como objetivo discutir a necessidade de unir políticas de desenvolvimento com a questão ambiental, a CNUMAD discutiu diretrizes políticas que viabilizassem essa conciliação:

Se durante a preparação da Conferência de Estocolmo as discussões foram centradas na definição de prioridades - as políticas de desenvolvimento ou a preservação ambiental - no processo de preparação da Rio-92 as prioridades já estavam definidas. (...) Entre Estocolmo e a realização da Rio-92, as condições de financiamento de tais políticas haviam mudado e a necessidade de conciliar desenvolvimento e meio ambiente já estava estabelecida (MACHADO, 2005, p.276)

Até aquele momento, a Conferência RIO-92 foi o maior evento organizado pelas Nações Unidas:

Reuniu delegações de 172 países e trouxe ao Rio de Janeiro 108 chefes de Estado ou de Governo. Segundo dados das Nações Unidas, foram credenciados cerca de 10.000 jornalistas e representantes de 1.400 organizações não governamentais, ao mesmo tempo em que o Fórum Global, evento paralelo, reunia membros de 7.000 ONGs. (LAGO, 2013, p.69)

Outra marca importante da diferença em relação a Conferência de Estocolmo e a RIO-92 é a realização da conferência em um país em desenvolvimento, o Brasil. Importante indicação de que “o tema não era mais considerado um “luxo” de países ricos e, sim, uma questão que exigia um engajamento coletivo da comunidade internacional.” (LAGO, 2013 p.70). No entanto, os objetivos dos países em desenvolvimento e os países desenvolvidos ainda eram ligeiramente diferentes, apesar das mudanças de compreensão quanto à sustentabilidade:

Da parte dos países industrializados, tratava-se de negociar caminhos para que fossem minimizadas as pressões sobre o meio ambiente global, de forma a afetar o mínimo possível o ritmo da expansão econômica. O crescimento e a consolidação das organizações de cunho ambientalista intensificaram as pressões no sentido de que fossem buscadas soluções efetivas para a degradação da qualidade de vida no mundo industrializado e também para que fossem aliviadas as pressões geradoras dos problemas ambientais globais. Da parte dos países periféricos, as antigas questões vinculadas às dificuldades de manter o ritmo do crescimento econômico estavam aliados ao agravamento do processo de degradação ambiental, seja pelo desgaste dos recursos naturais nas áreas de economia agro-exportadora, seja pela emergência de problemas relacionados ao avanço do processo de industrialização que foi se intensificando (assentado, sobretudo, em tecnologias altamente poluentes) (MACHADO, 2005, p. 277, 278).

Apesar das compreensões diferentes do termo sustentabilidade, na RIO-92, a principal ideia discutida e estabelecida entre os dois blocos de países foi que “se todos os países buscassem o mesmo padrão de desenvolvimento dos países ricos (e tidos como desenvolvidos) não haveria recursos naturais para todos sem que ocorressem graves e irreversíveis danos ao meio ambiente” (POLITIZE!, 2020). Neste momento houve uma virada importante: O reconhecimento da necessidade de um desenvolvimento sustentável. Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, conhecida como Rio-92, foram estabelecidas duas convenções fundamentais: uma focada na preservação da biodiversidade e outra voltada para abordar as questões relacionadas às mudanças climáticas:

De um lado, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) buscou regular questões relativas ao controle, ao uso e à conservação dos recursos naturais existentes, grande parte deles localizados em regiões subdesenvolvidas. [...] De outro, a Convenção sobre Mudanças Climáticas buscou assegurar compromissos com a redução dos níveis de emissão de gases causadores do efeito estufa. Assim, colocou em movimento os interesses vinculados à manutenção da taxa de crescimento e expansão das economias industrializadas, que certamente seria afetada, ao menos no curto e médio prazo, pela implementação da Convenção. (MACHADO, 2005, p. 293 e 294).

E assim determinou-se que os países em desenvolvimento receberiam apoio financeiro e tecnológico para alcançarem modelos de desenvolvimento sustentáveis. Outro resultado importante dessa conferência foi a criação da Agenda 21 na qual, "pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica" (CNUMAD, 2000). O quadro a seguir apresenta as principais políticas e ações estabelecidas de responsabilidade ambiental na Agenda 21:

**Quadro 1.** Agenda 21: Políticas e ações de responsabilidade ambiental

Implementação de mudanças necessárias nos padrões de consumo, especialmente no que diz respeito aos combustíveis fósseis, como petróleo e carvão mineral.
Proteção dos recursos naturais, visando à sua preservação e uso sustentável.
Desenvolvimento de tecnologias capazes de fortalecer a gestão ambiental dos países, buscando soluções inovadoras e eficientes.
Direcionamento de atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, reconhecendo que o crescimento e o desenvolvimento devem ser dependentes dessas ações.
Estabelecimento de áreas de ação específicas, abrangendo a proteção da atmosfera, o combate ao desmatamento, à perda de solo e à desertificação, a prevenção da poluição da água e do ar, a preservação das populações de peixes e a promoção de uma gestão segura de resíduos tóxicos.

**Fonte:** CNUMAD, 2000

A Agenda 21 foi além das questões ambientais e dedicou-se também em abordar temas relacionados a como os padrões de desenvolvimento precisam ser combatidos, pois causam danos ao meio ambiente. A conferência ECO-92 ou RIO-92 foi responsável por consolidar a utilização do termo desenvolvimento sustentável e colocá-lo na agenda internacional. Passou a ser um marco importante na relação da humanidade com o planeta terra. E, de acordo com as Nações Unidas (1992) os chefes de governo e comissões diplomáticas assumiram o compromisso de juntar os componentes econômicos, ambientais e sociais ao debate e considerá-los como essenciais à agenda de todos os países.

## 2 ESG: ENVIRONMENTAL, SOCIAL, GOVERNANCE

Como visto no capítulo anterior, o modelo de desenvolvimento implementado nas décadas de 50, 60, 70 e 80, fundado no crescimento das relações de produção e consumo, não só agrava a crise financeira do planeta, como também intensifica a desigualdade e proporciona destruição sem precedentes ao meio ambiente. Somente no começo dos anos 90 que o termo "desenvolvimento sustentável" ganhou valor como uma forma de reduzir as consequências geradas pelo modelo vigente (COSTA, FERREZIN, 2021).

Segundo Aron Belinky (2021) as pressões decorrentes dos problemas globalmente enfrentados nesses campos estão levando a transformações profundas no ambiente de negócios. No ano de 2015, através da Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os 193 países membros da ONU assumiram o compromisso de zelar pelo bem-estar das gerações presentes e futuras. Esses países reconheceram a urgência de promover mudanças essenciais no sistema global de produção e consumo, assim como na governança e distribuição dos recursos necessários para o bem-estar da humanidade. Esta agenda, devido à sua amplitude, deve ser realizada não apenas pelo setor público, mas também pelos atores privados. Destarte, este capítulo buscará elucidar e sistematizar as práticas ESG, atentando-se para os fatores históricos a fim de compreender suas características e aplicações.

### 2.1 ESG: Fatores históricos e características

No quadro a seguir observa-se as mudanças no entendimento de sustentabilidade ao longo dos anos nas empresas:

**Quadro 2.** Evolução do tema sustentabilidade nas empresas

Período	Mudanças observadas
Anos 1950 e 1960	<p><b>Ignorância Total</b></p> <p>Há pouco ou nenhum entendimento das empresas acerca de seus impactos políticos, socioambientais. O tema em si ainda é assunto marginal nos meios acadêmicos.</p>

<b>Anos 1970</b>	<p><b>Adaptação resistente</b></p> <p>As empresas se opõem ao endurecimento da regulação sobre assuntos socioambientais, entendendo que estes limitam seu crescimento, mas, ao mesmo tempo, buscam desenvolver capacidade para atender às novas obrigações, de forma a manter a licença legal para operar.</p>
<b>Anos 1980</b>	<p><b>Além da obrigação</b></p> <p>As empresas líderes começam a ver benefícios em ir além da legislação. Multinacionais estendem suas práticas socioambientais da matriz para países onde a legislação é mais leniente. As práticas de prevenção à poluição e de ecoeficiência também começam a gerar ganhos econômicos.</p>
<b>Anos 1990</b>	<p><b>Mudança de rumo</b></p> <p>A institucionalização das questões socioambientais, em conjunto com o aprimoramento tecnológico, oferece novas oportunidades às empresas. Indicadores de sustentabilidade e certificações voluntárias se espalham, assim como práticas de diálogo com <i>stakeholders</i><sup>1</sup>, análise de ciclo de vida dos produtos e ecodesign. O <i>business case</i><sup>2</sup> começa a ser entendido pelas empresas líderes.</p>
<b>Anos 2000 em diante</b>	<p><b>Parcerias para um novo modelo de gestão</b></p> <p>O conceito de sustentabilidade se consolida como abordagem de gestão, fazendo as empresas mensurar seus impactos, inovar seus processos e produtos, dialogar com seus <i>stakeholders</i> e prestar-lhes contas, bem como influenciar sua cadeia de valor na adoção da agenda.</p>

**Fonte:** The Reference Compendium on Business and Sustainability (2004 apud B3- Brasil, Bolsa, Balcão, 2019).

Nos parágrafos seguintes, buscou-se relacionar e esclarecer o que foi delineado no capítulo anterior com o quadro acima:

Os anos 1950 e 1960 foram marcados por introduzir as preocupações de cunho ambiental, penetrando, mesmo que de maneira incipiente, na esfera social sob a influência do movimento ambientalista, demonstrando, de maneira mais geral, a insatisfação com o modelo de desenvolvimento assentado no industrialismo (MACHADO, 2005). E, apesar disso, a preocupação ambiental ainda não havia sido introduzida no âmbito dos negócios. Entretanto, no início dos anos 1970 as preocupações com a degradação ambiental se intensificaram no ocidente (MACHADO, 2005), emergindo o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no mundo dos negócios, atentando-se “para

<sup>1</sup> partes interessadas nas atividades, projetos e resultados de uma organização

<sup>2</sup> benefícios e desvantagens de uma organização

as causas sociais (filantropia), sem abordar necessariamente questões ligadas de maneira direta aos negócios” (B3- BRASIL, BOLSA, BALCÃO, 2019, p. 5). Nessa década, as organizações ainda relutavam em atender às pressões ambientais.

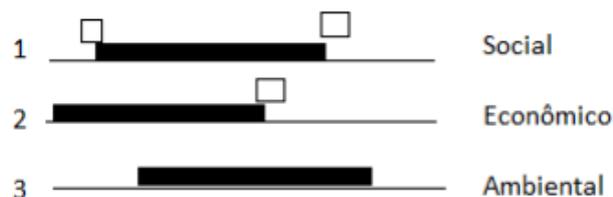
Nos anos 1980 já havia ampla penetração social das ideias ambientalistas (MACHADO, 2005), modificando, inclusive, a forma das empresas e organizações se portarem diante da problemática ambiental. Nos anos 1990 a ‘mudança de rumo’ ficou mais clara e determinou a necessidade de estabelecer um conjunto de critérios para compreender de forma sistêmica o processo de desenvolvimento sustentável incorporando *aspectos ambientais, sociais* e de *governança*. No entanto, apenas dos anos 2000 em diante, devido às pressões globais, esses parâmetros começaram a ser determinados.

Dado isso, surge a sigla ESG derivada da expressão em inglês ‘Environmental, Social and Governance’ em tradução livre “Meio ambiente, social e governança”. Belinky (2021) resume a proposta: Um negócio deve ser avaliado não só pelos critérios usuais do mercado, como rentabilidade, segurança, competitividade, resiliência, mas também pelos seus atributos ambientais, sociais e de governança corporativa.

O termo ESG advém da ideia do Triple Bottom Line, introduzido por Elkington (1997), onde o primeiro ‘bottom line’ é o *Profit*: lucro ou prosperidade econômica, pois sem ele não seria possível remunerar os funcionários, levando ao fim da organização. Diante disso, o autor explicita que para continuar no mercado as empresas deveriam acrescentar a este referencial os ‘bottom lines’ *Planet* (Planeta ou qualidade ambiental) e *People* (Pessoas ou justiça social) ou acabariam não sobrevivendo, pois os consumidores seriam mais informados e exigentes.

Destarte, Elkington (1997) propõe uma metáfora para esclarecer o conceito de Triple Bottom Line, onde as três dimensões (social, econômico e ambiental) estariam sobrepostas conforme pode ser visto na figura 1:

**Figura 1.:** Dimensões da sustentabilidade como placas tectônicas



Fonte: ELKINGTON, 1997.

Elkington (1997) sustenta a interdependência entre os aspectos social, econômico e ambiental, destacando que o social depende do econômico, o qual, por sua vez, depende do ambiental. Essa relação é responsável pela disposição hierárquica das três esferas, desde a mais superficial até a mais profunda. Conforme o autor, as três esferas não se encontram em um estado de estabilidade, mas estão em constante deslocamento em resposta às pressões da sociedade.

Contudo, segundo Martinez-Alier (2002), a concepção de dispor as dimensões da sustentabilidade em paralelo sugere a ideia de que essas dimensões são comparáveis entre si, sem levar em conta as dificuldades inerentes em considerar o impacto de uma dimensão para outra. Além de não demonstrar a possibilidade de conflitos entre as dimensões. Outrossim, o principal desafio do desenvolvimento sustentável, segundo Elkington (1997), consiste, portanto, em buscar a harmonia dessas três dimensões, promovendo um movimento conjunto e equilibrado. Já o ESG propõe, segundo Santos e Silva (2023), evidências mais consistentes dos impactos gerados pelas organizações, principalmente naquelas ações desenvolvidas como diferencial da empresa.

Vinte e cinco anos após a concepção da ideia de Triple Bottom Line o autor John Elkington (2018) propôs um *recall* do conceito. Anteriormente, como foi proposto, o Triple Bottom Line buscava oferecer uma abordagem radical, na qual as empresas deixariam de focar exclusivamente no lucro e ampliariam sua atenção para melhorar a qualidade de vida das pessoas e a saúde do planeta. Entretanto, nos últimos anos, conforme Elkington (2018), esse objetivo foi amplamente esquecido e reduzido apenas a uma ferramenta contábil, utilizada para equilibrar compensações ao invés de promover mudanças mais consistentes. O autor afirma que, mesmo avançando a agenda de empreender com melhores resultados socioambientais, as empresas permaneceram priorizando o aspecto econômico e, atualmente, continua-se a ultrapassar os limites planetários sem demonstrar qualquer sinal de desaceleração.

### **2.1.1 Entendendo o fenômeno**

O ESG resultou a partir da publicação do relatório “Who Cares Wins, Connecting Financial Markets to a Changing World” em tradução livre ‘Quem ganha se importa, conectando mercados financeiros para mudar o mundo’, uma iniciativa desenvolvida pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), em conjunto com várias instituições financeiras, que visava desenvolver diretrizes para melhor integração entre as questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Entre os

objetivos delineados, incluíam-se o fortalecimento e a resiliência dos mercados financeiros, a geração de contribuições para o desenvolvimento sustentável, a promoção da conscientização e compreensão mútua das partes interessadas envolvidas (stakeholders), bem como a discussão de alternativas para fomentar maior confiança nas instituições financeiras. (GLOBAL COMPACT, 2004).

O relatório conceitua ESG como a junção entre as questões ambientais e as estratégias ligadas ao mercado financeiro, pois:

Até aquele momento a indústria não desenvolveu um entendimento comum sobre as formas de melhorar a integração dos aspectos ambientais, aspectos sociais e de governança (ESG) na gestão de ativos, serviços de corretagem de valores mobiliários e funções de pesquisas relacionadas. Isso se deve em parte à complexidade e diversidade das questões envolvidas (GLOBAL COMPACT, 2004, p. 1).

Segundo Castro e Costa (2020) este relatório não foi produzido com o objetivo de tornar-se um código de conduta obrigatória, mas uma iniciativa voluntária para promover o crescimento sustentável, destacando o papel fundamental do setor financeiro para possibilitar práticas ESG. A partir desse cenário, Richter, Machado, Peixoto, Morbach (2022) indicam que a sigla ESG considera, não só os impactos ambientais decorrentes da produção, comercialização e utilização dos produtos e serviços, como também a forma de interação da empresa com seus colaboradores, clientes e comunidade local, e os princípios e valores de sua gestão são fatores indispensáveis para uma abordagem sustentável. E, na visão dos consumidores, não se trata apenas de adquirir um produto, mas também de ter consciência de toda a experiência de compra, considerando os impactos ambientais e sociais envolvidos. Isso ocorre porque consumidores, fornecedores, empresas, organizações e investidores compartilham do mesmo planeta e é preciso preservá-lo.

Nesse contexto, o documento ‘Who Cares Wins’ apresenta uma ampla variedade de questões ambientais, sociais e de governança a serem consideradas na criação de valor para investimentos futuros. O documento estabelece uma conexão direta entre questões socioambientais e riscos organizacionais, colocando, de forma definitiva, as esferas ambiental e social como elementos centrais na estratégia empresarial.

O quadro a seguir apresenta os três pilares ESG na esquerda e à direita uma seleção de questões ESG que afetam o valor da empresa e do investimento:

**Quadro 3.** Exemplos de problemas com uma ampla gama de impactos nas empresas

<b>Ambiental</b>	Mudanças climáticas e riscos relacionados
	A necessidade de reduzir emissões e resíduos tóxicos
	Nova regulamentação ampliando os limites da responsabilidade ambiental no que diz respeito a produtos e serviços
	Aumento da pressão da sociedade civil para melhorar o desempenho, transparência e responsabilidade, levando a riscos reputacionais se não forem gerenciados adequadamente
	Mercados emergentes para serviços ambientais e produtos ecologicamente corretos
<b>Social</b>	Saúde e segurança no trabalho
	Relações com a comunidade
	Questões de direitos humanos nas instalações da empresa e fornecedores/contratados
	Relações governamentais e comunitárias no contexto de operações em países em desenvolvimento
	Aumento da pressão da sociedade civil para melhorar o desempenho, transparência e responsabilidade, levando a riscos reputacionais se não forem gerenciados adequadamente
<b>Governança corporativa</b>	Estrutura e responsabilidade do conselho
	Práticas de contabilidade e divulgação de informações
	Estrutura de comitês de auditoria e independência dos auditores
	Remuneração de executivos
	Gerenciamento de questões de corrupção e suborno

**Fonte:** The Global Compact, 2004, p.6

De acordo com Ana Miranda e Renata Frechiani (2021), as avaliações dos investidores eram baseadas principalmente na relação entre lucro e risco dos ativos. No entanto, essa perspectiva foi alterada para uma abordagem que considera o ESG em relação aos lucros. Em conformidade, o Solidaridad South America (2020) evidenciou

que nas tendências globais, há um foco crescente em sustentabilidade por parte das empresas, do mercado financeiro, dos consumidores e de governos. Um exemplo disso é a iniciativa de duas multinacionais como a BlackRock<sup>3</sup> e a Storebrand<sup>4</sup> que anunciaram revisões significativas em seus portfólios de investimento, penalizando empresas que não possuem gestão sustentável. Segundo a Veja (2021):

No cenário global, estima-se que pelo menos 30 trilhões de dólares em ativos estão hoje sob gestão de fundos que apenas aplicam seus recursos em negócios e empresas com práticas sustentáveis. Metade desse volume se encontra na Europa (15 trilhões de dólares) e um quarto desse valor nos Estados Unidos (cerca de 7,5 trilhões de dólares). E nos últimos anos, essa cifra vem crescendo entre investidores que buscam os chamados "investimentos responsáveis" como fator preponderante da alocação de recursos.

Outra abordagem para observar o fenômeno ESG nas tendências globais é analisar a busca pelo termo através do Google Trends. O gráfico abaixo exemplifica os últimos 5 anos, no mundo, as buscas pelo termo ESG cresceram paulatinamente.

**Gráfico 1.:** Buscas pelo termo ESG nos últimos 5 anos



**Fonte:** Google Trends (2023)

Desse modo, o quadro a seguir demonstra um resgate histórico da crescente discussão acerca do ESG no ambiente digital brasileiro através de um relatório criado em uma parceria entre o Pacto Global, Falconi e STILINGUE:

<sup>3</sup> Maior gestora de ativos do mundo desde 2009

<sup>4</sup> Empresa de serviço financeiro da Noruega

**Quadro 4.** ESG nos últimos anos nas Redes Sociais

<b>2019</b>	O social listening <sup>5</sup> indicava que as discussões sobre a terminologia em ambiente digital brasileiro <b>ainda eram restritas</b> , pouco se falava sobre o tema há cerca de quatro anos. Havia aproximadamente 3,4 mil citações no meio digital, das quais 30% foram impulsionadas pela imprensa tradicional.
<b>2020</b>	O ESG já apresentava <b>maior relevância no ambiente digital</b> , com crescimento significativo e um volume seis vezes maior em menções do que no ano anterior. Foram coletados mais de 22 mil conteúdos sobre o assunto.
<b>2021</b>	Foi possível observar que as conversas sobre o determinado tema mantiveram uma <b>tendência de crescimento</b> , com um volume cinco vezes maior do que o ano anterior, com aproximadamente 100 mil publicações relacionadas
<b>2022</b>	Finalmente, dentro do período de apuração do estudo (de janeiro a outubro), <b>a conversa sobre o tema continuou crescente</b> , porém, com uma porcentagem de crescimento menor, de 9%. Foram encontradas 109 mil publicações. Ressalta-se que os principais influenciadores seguem sendo os grandes portais de notícias do país. No entanto, as marcas passam também a ganhar espaço na discussão.

**Fonte:** Pacto Global, Falconi e STILINGUE, 2022, p. 12

Esse cenário demonstra que, a nível global e nacional, o fenômeno ESG tem ganhado espaço nas discussões e esses movimentos ilustram o poder que investidores, juntamente com consumidores, podem ter para pressionar grandes empresas a modificarem seus modelos de negócios. Conforme o Global Compact, até aquele momento (lançamento do relatório Who Cares Wins em 2004), apesar do aumento no volume de dados divulgados pelas empresas sobre questões ambientais, sociais e de governança, os investidores e analistas em sua maioria consideravam as informações insuficientes e insatisfatórias. Eles ressaltaram que, embora haja uma quantidade considerável de informações disponíveis, essas não eram apresentadas de forma consistente e significativa. (GLOBAL COMPACT, 2004)

Portanto, o relatório Who Cares Wins do Global Compact (2004) sugere que sem uma divulgação adequada por parte das empresas, os esforços dos mercados financeiros

<sup>5</sup> Esse termo pode ser traduzido como “escuta social” e consiste na prática de identificar comentários e conversas relevantes para uma marca nos mais diversos ambientes digitais, desde redes sociais até fóruns, comunidades, sites especializados, entre outros.

para integrar os fatores ambientais, sociais e de governança (ESG), não terão sucesso. A transparência e a clareza na divulgação desempenham um papel crucial na relação da empresa com os seus stakeholders:

Nesse sentido, os indicadores podem ser poderosas ferramentas para trazer força aos pilares ESG, na medida em que permitem que esse diálogo seja mais objetivo, padronizado e comparável. Além de facilitar a transparência e fiscalização para os stakeholders interessados em avaliar o alinhamento das empresas com os pilares ESG, a utilização de indicadores é benéfica às empresas. (CÂMARA, 2021, p. 105)

Essa percepção é correlata à de Miranda e Frechiani (2021), que afirmam que o mercado financeiro tem direcionado sua atenção cada vez mais para os indicadores de desempenho ESG. Segundo elas, quando aplicados de maneira eficiente, esses indicadores proporcionam estabilidade e longevidade aos investimentos, além de visibilidade e lucratividade para as empresas. Como resultado, os investidores estão exigindo cada vez mais que as empresas demonstrem efetividade na implementação da abordagem ESG.

Com objetivo de esclarecer como as organizações devem medir suas performances nos critérios ESG, como apresentá-los aos seus stakeholders e o que incluir nos relatórios a KPMG<sup>6</sup> e a Amcham<sup>7</sup> desenvolveram 6 pilares estratégicos a partir de encontros realizados com pessoas que atuam em empresas de diferentes setores no Brasil:

**Quadro 5.** Seis pilares estratégicos para os gestores que atuam com ESG

<b>1. Business transformation:</b>	Requer a implementação de mudanças essenciais na forma como os negócios são conduzidos, visando adaptar a organização a um mercado em constante transformação. A crescente influência da revolução digital têm impactos significativos nas empresas, exigindo que elas se ajustem rapidamente às novas tendências e demandas dos consumidores.
<b>2. Monetização:</b>	É crucial para as empresas serem capazes de quantificar os custos e benefícios financeiros associados às práticas ESG. A monetização dessas iniciativas está se tornando cada vez mais importante no mercado, a ponto de alguns especialistas sugerirem a adição da letra "F", que representa o aspecto financeiro, à sigla ESG. Medir o desempenho financeiro é uma maneira eficaz de abordar seriamente o tema e garantir sua inclusão no mercado.
<b>3. Asseguração:</b>	As empresas devem ter cuidado ao divulgar a performance de aspectos ESG,

<sup>6</sup>Renomada empresa de serviços profissionais que oferece uma ampla gama de serviços, como Auditoria, Consultoria Tributária e Consultoria Empresarial. Ela faz parte do grupo conhecido como Big Four, que engloba as quatro principais empresas multinacionais do setor. As outras três são Deloitte, PricewaterhouseCoopers e Ernst & Young.

<sup>7</sup>Representa e conecta empresas brasileiras e internacionais em um ambiente que vai além das fronteiras, oferecendo uma ampla gama de conteúdo e um conjunto abrangente e ativo de produtos e serviços empresariais.

	<p>fornecendo dados sólidos e de fácil acesso. Para garantir transparência e uma interpretação adequada, o uso de relatórios de asseguaração em ESG é fundamental. Esses relatórios são emitidos por auditorias independentes, visando aumentar o nível de confiança dos stakeholders. No entanto, ainda existe o desafio da padronização dos índices de asseguaração, o que requer esforços contínuos para estabelecer critérios uniformes e confiáveis nesse campo.</p>
<b>4. Rastreabilidade:</b>	<p>Garantir a rastreabilidade não se limita apenas ao controle dos fornecedores, mas também implica em proporcionar transparência e qualidade em relação aos produtos.</p>
<b>5. Economia circular:</b>	<p>O objetivo é preservar os ecossistemas, garantindo que não haja resíduos industriais. Nesse contexto, é crucial adotar uma abordagem circular, em que os produtos saem da indústria e retornam a ela sem serem descartados no meio ambiente. Além disso, busca-se minimizar o uso de materiais novos como insumos, promovendo a reutilização e a reciclagem de recursos. Dessa forma, o sistema é integrado de maneira sustentável, visando a redução do impacto ambiental e a promoção da economia circular.</p>
<b>6. Governança:</b>	<p>Para que as empresas alcancem resultados significativos, é crucial contar com lideranças comprometidas, éticas e com um propósito legítimo. Muitas empresas estão empenhadas em resolver problemas reais que afetam o planeta e a sociedade, e esse compromisso pode ser fortalecido por meio de uma boa governança. Além disso, os investidores estão se tornando cada vez mais exigentes, e a performance das empresas em ESG pode ter um impacto significativo nas remunerações dos líderes de negócios.</p>

**Fonte:** KPMG e Amcham, 2023

Freitas (2020) propõe que o mundo corporativo é movido pelo lucro, que é a essência do capitalismo. Portanto, as empresas visam reduzir custos para aumentar o lucro. Adotar medidas de proteção ambiental poderiam gerar despesas extras, e, nesse sentido, as empresas concorrentes que não aderirem a essas medidas, ofereceriam produtos mais baratos. Por isso, é importante que os órgãos ambientais estejam bem estruturados e sejam eficientes para estimular a cooperação das empresas na preservação ambiental.

Nesse âmbito, de acordo com Câmara (2021), é válido mencionar a atuação da Organização Internacional de Normalização (ISO), uma instituição internacional independente e não governamental. A ISO reúne especialistas de diversos países com o propósito de desenvolver padrões internacionais voluntários que sejam relevantes para o mercado. Seu objetivo primordial é fomentar a inovação e oferecer soluções para desafios globais. A ISO elabora normas que podem ser adotadas de forma voluntária ou obrigatória, e mantém uma rede de 165 órgãos responsáveis pela definição de padrões.

No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a entidade representante da ISO.

Freitas (2020) ressalta as normas que fazem parte da família ISO 14.000, responsáveis por ferramentas práticas para a gestão de responsabilidades ambientais em diversas organizações. Como por exemplo a ISO 14.001:2015 que define padrões para sistemas de gestão ambiental, levando em consideração fatores internos e externos que impactam a organização (como a volatilidade climática e o contexto competitivo). Em relação aos pilares ESG, é relevante destacar o comitê técnico ISO/TC 322 que desempenha um papel importante no desenvolvimento de padrões ISO relacionados a finanças sustentáveis. Esse comitê considera o financiamento sustentável, bem como os arranjos institucionais e de mercado, como meios de apoio ao progresso na conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e no enfrentamento das mudanças climáticas (COMMITTEE, 2023). Esse comitê, de acordo com Câmara (2021), “busca integrar considerações de sustentabilidade incluindo práticas ambientais, sociais e de governança em todos os aspectos do financiamento de atividades econômicas”.

## **2.2 Para finalizar**

Ao longo deste capítulo, explorou-se fatores históricos que levaram à criação do ESG (Environmental, Social and Governance) e sua importância crescente no mundo corporativo e nos mercados financeiros. Além disso, discutiu-se o conceito de Triple Bottom Line (TBL) como uma abordagem precursora que busca medir o desempenho das organizações não apenas em termos econômicos, mas também em relação aos aspectos ambientais e sociais, destacando que o ESG expande o escopo do TBL ao incluir também práticas de governança corporativa.

Demonstrou-se como o ESG está gerando valores para os investimentos futuros, destacando a crescente demanda por informações relacionadas ao termo na internet, indicando o crescente interesse não só de investidores, como também da sociedade em geral. Discutiu-se também como os investidores estão exigindo práticas ESG das empresas através de indicadores, buscando alinhar seus valores pessoais com seus investimentos.

Nesse sentido, o capítulo seguinte buscará sistematizar o ESG como um processo de vinculação social, isto é, comunicacional. Entendendo esse fenômeno como uma abordagem, destacando como uma forma de compreender as organizações que são

resultados dos processos de vinculação social, analisando a comunicação como elemento fundamental.

### **3 ESG COMO UM PROCESSO COMUNICACIONAL**

Conforme foi visto no capítulo um, a comunicação aqui é entendida, sob a égide do pensamento de Muniz Sodré (2014), como um processo de vinculação social. Pensada, também, para além do paradigma funcionalista de transmissão e recepção de mensagens, como uma ciência que organiza as relações sociais. Nesse contexto, a comunicação é um processo que constrói vínculos sociais e molda a realidade, englobando os âmbitos social, político e/ou econômico, dentre outros.

Ainda de acordo com os capítulos anteriores, para pensar o fenômeno ESG, é possível demarcar três momentos cruciais: Antes do desenvolvimento sustentável, no desenvolvimento sustentável e com o surgimento do ESG. Cada uma dessas etapas pode ser compreendida a partir de processos de vinculação social específicos e distintos. Nos próximos itens buscou-se aclarar cada um desses momentos, suas características e os processos comunicacionais que os compõem.

#### **3.1 Antes do desenvolvimento sustentável**

Para compreender e relacionar os fatores históricos de antes do desenvolvimento sustentável com instauração de um distinto processo comunicacional, faz-se necessário voltar no tempo e compreender as mudanças dos paradigmas econômicos, conforme observado por Rifkin (2014) no livro *Sociedade com Custo Marginal Zero*, onde ele propõe que cada matriz comunicação/energia/transporte também transforma o que o autor vai chamar de consciência humana, mas que aqui pode ser compreendida como os processos de vinculação social.

No entanto, é preciso compreender que antes do desenvolvimento sustentável, na transição do século XIX para o século XX, a sociedade passou por transformações, e, de acordo com Rifkin (2014), a matriz foi marcada pela imprensa escrita, rádio/carvão e vapor/transporte ferroviário, que consolidou os Estados-Nação pois permitiu a comercialização para além dos mercados nacionais, instaurando processos de vinculação social entre laços sanguíneos, religiosos e nacionais.

Essa percepção é correlata à de Frederic Laloux (2018) no livro *Reinventando Organizações*, onde o autor propõe que a humanidade evolui em estágios, através de transformações repentinas e que em cada nível de evolução tudo muda, inclusive os modelos organizacionais. Logo, a concepção das organizações de cada época indicam um

processo de vinculação social, sugerindo outras formas de se relacionar com a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços.

De acordo com Kate Raworth (2019), no começo da década de 1930, o economista Simon Kuznets foi encarregado pelo Congresso dos Estados Unidos de desenvolver uma medida da renda nacional do país. Ele criou o Produto Nacional Bruto (PNB), que calculava a renda gerada pelos moradores dos EUA, permitindo, pela primeira vez, atribuir um valor à produção anual americana e compará-la com anos anteriores. No começo da Segunda Guerra os cálculos do PNB permitiram converter à uma economia industrial e competitiva, assim, no final da década de 1950, o crescimento da produção se tornou o principal objetivo das políticas adotadas nos países industrializados. E,

Em pouco tempo, o crescimento passou a ser retratado como uma panaceia para muitas enfermidades sociais, econômicas e políticas: uma cura para a dívida pública e desequilíbrios comerciais, uma chave para a segurança nacional, um meio para neutralizar a luta de classes e uma rota para atacar a pobreza sem enfrentar a questão politicamente carregada da redistribuição. (RAWORTH, 2019, p. 48)

Nesse contexto, antes do surgimento da concepção de desenvolvimento sustentável, as organizações buscavam o desenvolvimento, sem discutir e/ou medir as consequências geradas para o meio ambiente, visando vencer a concorrência através do lucro e do crescimento, características das "organizações laranjas" descritas por Laloux (2018).

### **3.2 No desenvolvimento sustentável**

Para compreender a passagem do desenvolvimento para o desenvolvimento sustentável é necessário revisitar o cenário em que a sociedade se encontrava. O contexto de radiodifusão e propagação de notícias além das fronteiras contribuíram para alterar os vínculos. De acordo com Rifkin (2014), houve uma tendência das pessoas em estabelecer vínculos dentro de uma família simbólica mais ampla, expandindo as fronteiras da confiança social para além das nações e encontrando afinidade com outros que compartilhavam dos mesmo propósitos e características. Essas afinidades, na esteira de Sodré (2014), podem ser consideradas como a instauração de um comum, um espaço vazio onde as expectativas e referências dos sujeitos são inseridas para a construção de um laço social no qual modos de vida são constituídos. O preenchimento desse comum é o que concretiza a vinculação social, constituindo, assim, um processo comunicacional, conforme abordado no primeiro capítulo.

Outro fator para a concepção do desenvolvimento sustentável foi a percepção de que o planeta é interligado. Esse entendimento foi potencializado não apenas pela diminuição das fronteiras através da radiodifusão, mas também pelo reconhecimento de que os danos causados à natureza em um determinado local acabariam afetando outros territórios. Isso levou a uma compreensão de que as ações humanas têm impacto global. Nesse âmbito, Raworth (2019) esclarece que o começo da década de 1960, foi marcado pela união entre Estados Unidos e outros países industriais para a criação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o objetivo principal de alcançar “o mais alto crescimento econômico sustentável” (RAWORTH, 2019, p. 48). Essa prioridade estava focada no sustento do crescimento da produção, em vez de considerar a proteção do meio ambiente. Essa ambição foi respaldada por tabelas classificatórias internacionais do Produto Nacional Bruto (PNB), que mostravam o país líder em crescimento. No entanto, no final do século XX, o foco mudou da medição do PNB para o Produto Interno Bruto (PIB) usado para demonstrar a receita gerada dentro das fronteiras de um país.

Outro marco se deu em 1968, com a conferência sobre a Biosfera em Paris, onde o termo “natureza” foi substituído por “meio ambiente” e as discussões passaram a ter maior visibilidade em âmbito global, conforme afirmam Gurski, Gonzaga e Tendolini (2014). E a convocação da conferência de Estocolmo em 1972 (LAGO, 2013), marcada pelo embate entre países desenvolvidos que já buscavam introduzir as preocupações ambientais ao desenvolvimento e os países em desenvolvimento que interessavam-se pelo crescimento industrial e econômico (MACHADO, 2005). Nesse contexto é interessante observar os processos comunicacionais e os vínculos aqui instaurados. O comum estabelecido entre os dois blocos de países, que mesmo com interesses distintos, entendiam, do mesmo modo, o conceito de desenvolvimento sustentável, como um crescimento constante. Esse comum também pode ser percebido na formação de espaços institucionais para o debate das questões ambientais dentro de um contexto coletivo, no qual as ideias foram pensadas e desenvolvidas. A coletividade e o grupo são elementos fundamentais da vinculação social, uma vez que os vínculos são formados a partir das interações entre as pessoas mediadas por objetos em um contexto específico.

Em 1987, com o lançamento do relatório ‘Nosso Futuro Comum’, houve uma maior aproximação entre desenvolvimento e sustentabilidade, além de estabelecer uma condição para a sociedade mundial: que o desenvolvimento não deveria comprometer as gerações futuras, logo, precisaria preservar o meio ambiente (COMISSÃO MUNDIAL

SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991). Cinco anos depois, ocorreu a RIO-92, realizada no Brasil, país em desenvolvimento, e marcada pela tentativa de criar diretrizes para conciliar a política desenvolvimentista com a questão ambiental (MACHADO, 2005). Esses dois momentos indicam processos de vinculação social específicos, pois instauraram certos modos de vida na sociedade do final do século XX, marcados pela matriz radiodifusão/petróleo/transporte automotivo e pelo que Rifkin (2014) nomeia de consciência psicológica, onde os processos de vinculação social ocorrem, principalmente, nas relações profissionais e técnicas, preferências culturais e também entre aqueles que compartilham da mesma mentalidade e atributos numa sociedade onde os mercados estavam em pleno processo de expansão mundial. Esses processos de vinculação social também podem ser percebidos nas organizações ‘verdes’ descritas por Laloux (2018) como “sensíveis às emoções das pessoas”, ou seja, não enxergam apenas os acionistas como partes a serem satisfeitas, mas também os consumidores são direcionados pela cultura, possuem estrutura da pirâmide clássica e empoderamento para alcançar motivação dos funcionários.

### **3.3 Com o surgimento do ESG**

Como foi visto no Quadro 2 - Evolução do tema sustentabilidade nas empresas (p. 25 e 26) e no item anterior, a partir dos anos 1990 a sustentabilidade ganhou força com a incorporação das questões socioambientais nas políticas e práticas organizacionais, mas apenas dos anos 2000 em diante começou-se a estabelecer parâmetros que incluíssem questões ambientais, sociais e de governança corporativa. De acordo com Cruz (2022), o ESG é amplamente associado à sustentabilidade, e a agenda ESG/sustentabilidade tornou-se uma questão estratégica de competitividade entre as empresas.

Em 1997, em uma ação conjunta entre a CERES (Coalition for Environmentally Responsible) e do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) surge a Global Reporting Initiative (GRI), uma organização sem fins lucrativos, com o propósito de contribuir para a melhoria dos relatórios de sustentabilidade emitido pelas organizações e também incentivar a adoção voluntária de indicadores de maior qualidade, rigor e aplicação global, buscando uma maior harmonização internacional nessa prática. No ano de 1999 foi lançada a primeira edição das diretrizes para relatórios de sustentabilidade da GRI, com a apresentação dos principais indicadores de desempenho de uma organização nos âmbitos econômico, social e ambiental (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2006).

Como citado, nesse contexto do final do século XX, a adoção dos indicadores de sustentabilidade era de forma voluntária, e instauraram processos de vinculação social específicos, agregando valores às organizações que os adotaram. Em 2004, o relatório “Who Cares Wins” estabeleceu diretrizes e recomendações para integrar questões econômicas, sociais e ambientais, consolidando o ESG no mercado financeiro. Em 2006, conforme a Global Reporting Initiative (2006), havia mais de 100 tipos de indicadores para serem utilizados pelas empresas nos relatórios. Essa tentativa de demonstrar os impactos econômicos, ambientais e sociais é necessária para captação das partes interessadas (stakeholders), e segundo Vera Veiga França (2005):

O ato de publicizar (disponibilizar informações, imagens, narrativas) atualiza um sistema de regras de seleção, de modos de participação: o público se constitui como paciente – que sofre, experimenta, é afetado – e agente – que reage, seleciona, adota um comportamento. Ele faz parte do processo, embora de maneira diferente daqueles que criam as representações (produtores), porque seu lugar e sua perspectiva são outros. Ambos são igualmente importantes no processo – e é a partir da relação de pertencimento na ação estabelecida em conjunto que produtores e públicos devem ser pensados (FRANÇA, 2005, p. 16).

Portanto, é essencial que as organizações considerem o público, ou, nesse caso, os *stakeholders* (partes interessadas), como uma parte fundamental, uma vez que são eles o alvo principal nas decisões de investimento e em outras relações de mercado. Os indicadores são apresentados com o objetivo de atender às expectativas dos stakeholders e essa interação é fundamental para o que é considerado comunicação, e inclusive para a construção dos processos de vinculação social.

Essa interação só é possível pois a sociedade desse contexto está inserida no que Muniz Sodré (2009) denomina de *bios virtual*, derivado da perspectiva ecológica, onde *bios* significa vida. Essa percepção define um modo de vida organizado em torno do virtual, pois a sociedade é influenciada pela tecnologia e, portanto, mediada pela mídia ou simplesmente *mediatizada*:

O bios virtual é a prótese, não apenas uma maquinaria comunicacional que permite ao cidadão inteirar-se das coisas do mundo, e sim uma ‘atmosfera’ magnética (um ethos feito de hábitos e afetos) onde, por um lado, ‘respira-se’ o consumo programado pela socialização latente do mercado e da ordem tecnológica; por outro, ‘habita-se’ um mundo de imponderabilidade, ubiquidade e interatividade. (SODRÉ, 2012, p. 189).

Nesse sentido, conforme Kotler e Kotler (2013), é evidente que a demanda por engajamento social, preocupação com questões ambientais e a transmissão de valores aos consumidores esteja cada vez maior. Portanto, o consumidor tende a não se importar apenas com a marca, mas também com a reputação dela, além de precisar confiar na organização. Essa circunstância de confiança parte de um *comum* construído nos

vínculos, ou seja, nos interesses que os *stakeholders* possuem em se certificar dos impactos das empresas que eles consomem.

### **3.3.1 E de Environmental (Meio ambiente)**

Como foi visto, a sigla ESG é dividida em três aspectos fundamentais para o investimento e a avaliação de empresas relacionados à sustentabilidade e responsabilidade corporativa. Este item será dedicado a explicitar o pilar E de Environmental, que se refere ao ambiental e em como ele se relaciona com os processos de vinculação social.

De acordo com Cruz (2022), diversas pesquisas afirmam que a temperatura da terra pode elevar-se entre 1°C a 6°C até o ano de 2050, trazendo graves consequências para o planeta, podendo afetar diversos ecossistemas, inclusive a existência do ser humano. No entanto, o principal causador desse aquecimento são as atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis para energia, desmatamento e uso de alguns processos industriais, responsáveis pelo aumento dos gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera, responsável direto pelo aquecimento global. Em uma matéria da BBC News Brasil (2017) a indústria de vestuário é apontada como a segunda mais poluidora do planeta, perdendo apenas para a indústria do petróleo. A produção de tecido poliéster, por exemplo, consome anualmente cerca de 70 milhões de barris de petróleo. Além disso, o cultivo de algodão é responsável pelo maior consumo de produtos tóxicos no mundo, representando 24% dos inseticidas e 11% dos pesticidas utilizados.

No auge da pandemia de Covid-19, em 2020, uma matéria do O Globo (2020) apontou que devido às medidas de distanciamento social, houve uma redução de 7% das emissões de GEE. Embora essa diminuição, segundo os cientistas, seja insignificante para alcançar a meta de limitar o aquecimento global em 2°C até 2050, vale ressaltar que ela teve um impacto significativo para a economia global, apontando os possíveis desafios para realizar uma redução eficiente nas emissões de GEE.

Esses são exemplos do contexto em que o planeta se encontra, fazendo necessário, e justificando, conforme o The Global Compact (2004), o pilar environmental ter enfoque em observar as práticas e impactos ambientais de uma empresa, incluindo considerações sobre o uso de recursos naturais, emissões de gases de efeito estufa, gestão de resíduos, conservação da biodiversidade, eficiência energética, entre outros aspectos relacionados ao meio ambiente. À vista disso, Cruz (2022) relata que muitas nações estão adotando políticas públicas com restrições rigorosas ao uso de veículos movidos a

combustíveis fósseis. Além disso, o autor expõe que várias empresas, incluindo montadoras, estão comprometidas em fazer a transição de suas frotas para veículos e equipamentos que utilizem fontes de energia alternativas, como hidrogênio e eletricidade. E por fim, nas redes sociais, observam-se influenciadoras exibindo suas coleções de roupas, sapatos e acessórios ao mesmo tempo em que demonstram preocupação em descartar corretamente garrafas plásticas.

É importante destacar que esses elementos reforçam um *comum* instituído nesse contexto, onde as organizações, as políticas públicas e até mesmo os consumidores comprometem-se em modificar suas relações em prol de um bem global. Esse modo de agir em relação ao meio ambiente diz respeito à construção dos sujeitos, que estão inseridos em sociedade e, portanto, é fundado no coletivo a partir das interações que são inerentes aos processos de vinculação social. Outro fator importante para observar é que essas interações podem ser instituídas não apenas com o diálogo, mas também nas relações comerciais, como por exemplo, a preferência de um certo indivíduo consumir ou não em determinada organização devido suas políticas de impacto ambiental.

### **3.3.2 S de Social (Social)**

A letra S de ESG é o pilar que aborda as questões sociais. Conforme Cruz (2022), no Brasil, por exemplo, é evidente a existência de desigualdades no acesso a bens e serviços essenciais, tais como saneamento básico, saúde, seguridade e educação. Essas disparidades revelam uma realidade em que a diversidade e a inclusão, temas frequentemente abordados pelas organizações, ainda não se traduzem em benefícios para a maioria da população. Nesse sentido, questões como o desequilíbrio de gênero e a violência resultante da discriminação e do preconceito continuam a afetar a vida dos indivíduos. Além disso, a pandemia da Covid-19 agravou ainda mais questões de desigualdades sociais.

Outrossim, conforme Juliana Elias (2021), em 2020, 49,6% da riqueza do Brasil estava concentrada em 1% da população. E, de acordo com uma pesquisa publicada pelo diário Deutsch Welle (2019), a riqueza acumulada pelas 26 pessoas mais ricas do mundo corresponde ao patrimônio de aproximadamente 50% da população global. Essa disparidade de riquezas ressalta que a desigualdade econômica persiste no mundo inteiro.

Além do mais, conforme Cruz (2022), as questões de discriminação por causa da etnia, gênero ou orientação sexual e deficiência física nas sociedades perpetuam ainda mais a dificuldade de inclusão de diferentes indivíduos nas organizações. No entanto, o

The Global Compact (2004) propõe que o S, o aspecto social do ESG, inclua fatores que considerem o impacto das empresas e organizações na sociedade em geral e isso inclui preocupações relacionadas aos direitos humanos, diversidade e inclusão, relações de trabalho, saúde e segurança dos funcionários, impacto nas comunidades locais, entre outros aspectos sociais relevantes. Nesse contexto, Cruz (2022) afirma que o avanço das discussões sobre desigualdade resultou em uma mudança significativa na abordagem da inclusão social, que deixou de ser limitada aos movimentos sociais, para ganhar espaço nos departamentos de recursos humanos das organizações. Esse movimento reflete a importância da temática e evidencia a necessidade de ações concretas no âmbito empresarial para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades.

É importante observar que, conforme Cruz (2022), nas primeiras décadas do século XXI, o ambiente midiático, através das redes sociais digitais, amplificou as manifestações de grupos historicamente marginalizados e colocados em posição inferiorizada. Diante desse panorama, o engajamento empresarial em questões sociais que afetam a sociedade tornou-se uma demanda dos *stakeholders* e as empresas começaram a precisar abordar assuntos relacionados a essas temáticas. Essa exigência reflete em como os indivíduos passaram a se relacionar com as empresas no contexto de “Web 2.0” retratado por Muniz Sodré (2014):

A princípio, com o que se denominava “Web 1.0”, persistia o modelo econômico gerencial da mídia tradicional, em que as corporações informativas online controlavam unidirecionalmente os seus conteúdos, destinados a usuários passivos. Isso mudou com o modelo da “Web 2.0”, em que se trata de receber e principalmente compartilhar os conteúdos, e os usuários são redefinidos como “perfis”. Dizem Antoun e Malini: ‘Depois da revolução do compartilhamento, o poder de publicação migra dos detentores de grandes audiências para os que acumulam mais interações. O valor de uma rede deixou de ser calculado apenas pela quantidade de público de um site, ganhando maior importância o cálculo da quantidade de grupos criados e mobilizados na internet por alguém (perfil ou coletivo), o que transformou fãs e seguidores em parceiros da produção de uma agenda informativa. (SODRÉ, 2014, p. 220).

Essa percepção é correlata à do pesquisador e ativista Michel Bauwens (2012). Para ele, as redes digitais de comunicação modificaram definitivamente as relações humanas e de produção. Portanto, esses espaços virtuais instituem vínculos, onde questões antes invisibilizadas passaram a ganhar notoriedade criando relações e instaurando o *comum* entre indivíduos numa escala planetária, gerando força nesses movimentos e refletindo até mesmo nas organizações, nas questões comerciais, possibilitando a criação de nichos para atender a essas demandas que até então eram invisibilizadas.

Esses valores, gerados nesse âmbito, foram responsáveis por estabelecer o *fair trade* ou comércio justo. Segundo Cruz (2022), o cumprimento dos direitos trabalhistas, a certificação da matéria-prima, a ausência de mão de obra infantil e o respeito ao meio ambiente tornaram-se fatores essenciais a serem considerados pelo consumidor ao fazer uma escolha. Essas questões refletem o compromisso das empresas com a responsabilidade social e ambiental, garantindo que seus produtos sejam produzidos de forma ética e sustentável. Esse comércio justo se estabelece na contramão do que Cruz (2022) chama de ação predatória, evitando intermediários, as incertezas do mercado global de *commodities* e a burocracia excessiva de documentos e certificações.

### **3.3.3 G de Governance (Governança corporativa)**

Por fim, o G, último pilar do ESG que representa a governança corporativa. O The Global Compact (2004) destaca a importância desse pilar como componente fundamental para a sustentabilidade. Encorajando as empresas a adotarem práticas de governança corporativa que promovam a transparência, a prestação de contas, a equidade, a responsabilidade corporativa e a participação dos *stakeholders*. Além disso, O The Global Compact (2004) também destaca a importância de estabelecer mecanismos eficazes de governança interna, como conselhos de administração responsáveis, gestão de riscos, sistemas de controle interno e estruturas de prestação de contas para garantir que as empresas operem de maneira ética, responsável e em conformidade com as normas e regulamentações.

Em conformidade com Cruz (2022), a partir de 2020, empresas passaram a divulgar suas iniciativas de inclusão de minorias em suas equipes, inclusive em cargos de liderança e, em alguns casos, em conselhos de administração. Além de incluir consultorias especializadas em diversidade e inclusão, que oferecem diversos serviços, desde recrutamento e seleção até treinamentos sobre sensibilização, linguagem inclusiva e criação de premiações para líderes que apoiam tais iniciativas. Essa prestação de contas, de acordo com Cruz (2022), além de ser uma obrigação legal, tornou-se um desejo dos gestores. Não basta apenas apresentar demonstrações financeiras auditadas, é necessário também relatórios que evidenciem as boas práticas de governança, incluindo ações socioambientais e inclusivas promovidas pela empresa. Dessa forma, Cruz (2022) afirma que as boas práticas de governança abrangem os temas relacionados ao aspecto ambiental (o "E") e ao aspecto social (o "S") do ESG.

Nesse cenário, a abordagem de inclusão de minorias nos quadros de funcionários, bem como a promoção de ações socioambientais e inclusivas, está diretamente relacionada à vinculação social proposta por Muniz Sodré (2014) onde há processos de interação entre os indivíduos e a construção de valores dentro de uma sociedade. Ao adotar práticas que promovem a diversidade e a inclusão, as empresas estão fortalecendo determinados vínculos e instaurando um *comum*, ampliando as oportunidades de participação e representação desses grupos na tomada de decisões e na definição das estratégias corporativas, criando um ambiente mais inclusivo, onde diferentes perspectivas e experiências são apresentadas.

### **3.4 ESG como processo de vinculação social**

Como foi visto nos itens anteriores, os três momentos aqui demarcados (antes do desenvolvimento sustentável, no desenvolvimento sustentável e com o surgimento do ESG), representam processos de vinculação social distintos, que foram relacionados com o contexto histórico no qual estavam inseridos, modificando inclusive a forma de existir das organizações.

Para compreender a tendência ESG, pode-se relacioná-la também com as organizações Azul-Petróleo definidas por Laloux (2018) como empresas que buscam o autogerenciamento, com uma liderança distribuída, ao invés da pirâmide hierárquica e são vistas como entidades vivas, orientadas para realizar o potencial criativo e propósito evolucionário. Esse modelo também tem relação com a Consciência Biosférica retratada por Rifkin (2014), onde há interação da Internet das Comunicações, da Energia e do Transporte formando uma estrutura inteligente, que conecta toda a humanidade numa escala planetária, criando o que o autor chama de “uma grande família humana”. Essa conexão, feita pela mediação da internet, modificou os vínculos e instaurou *comuns* que antes, sem a internet, não eram possíveis. Rifkin (2014) afirma que:

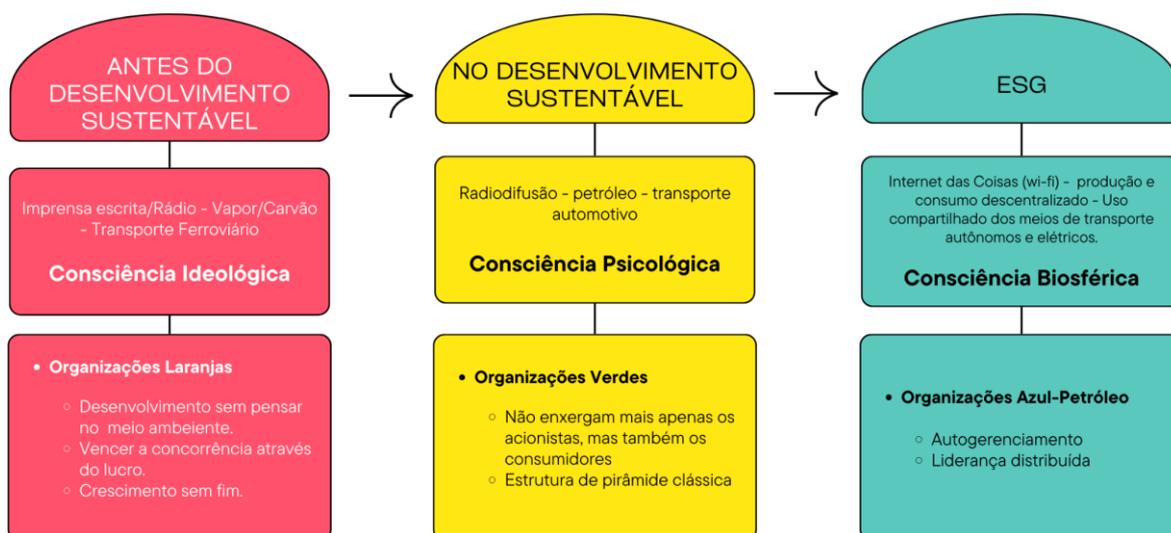
Crianças do mundo inteiro começam a aprender sobre sua "pegada ecológica". Começam a entender que tudo o que nós seres humanos fazemos - assim como as outras criaturas - deixa uma marca que afeta o bem-estar de outras pessoas e criaturas. Elas estão percebendo que cada criatura está incluída na miríade de relacionamentos simbióticos e sinérgicos nos ecossistemas da biosfera e que o funcionamento apropriado do sistema como um todo depende de relacionamentos sustentáveis entre cada uma das partes. A nova geração aprende que a biosfera é nossa comunidade planetária, cuja saúde e bem-estar determinam os nossos próprios. (RIFKIN, 2014, p. 349)

Entretanto, cabe aqui esclarecer que nem todas as empresas ESG funcionam com liderança distribuída. As organizações são complexas, há diversos paradigmas existindo em consonância, tanto numa mesma empresa, quanto numa mesma esfera social. Além de ser uma tendência que pode se concretizar ou não, apesar de sua urgência.

Outra relação entre ESG e a consciência Biosférica de Rifkin (2014) é a tendência ao fim das dicotomias que discriminam os indivíduos segundo o sexo, a raça, classe social, etnia e orientação sexual. Esse entendimento é correlato ao de Muniz Sodré (2015) que enxerga a comunicação e a informação como um “biombo ideológico da financeirização” (SODRÉ, 2015, p. 122) pois, desempenham um papel ideológico, encobrindo e perpetuando a financeirização como uma forma dominante de organização socioeconômica. E embora o modo de produção econômico capitalista não determine mecanicamente as condutas e a vida em geral, existe uma homologia entre o que ocorre na economia, na política e na vida cotidiana. Isso significa que há uma correlação entre a financeirização econômica e a flexibilização das barreiras e dicotomias rígidas, como gênero e classe social.

Por fim, o quadro a seguir explicita o que foi visto neste capítulo de maneira resumida, mostrando os três contextos cruciais em que a sociedade estava inserida, os quais modificaram as relações, a construção dos sujeitos e a forma de organizar o mundo nas esferas políticas, sociais e econômicas:

**Quadro 6.** Mudança de paradigmas (Consciências e organizações)



Fonte: Autora (2023)

Neste quadro é importante ressaltar que, tanto as consciências (ideológica, psicológica e biosférica), como os tipos de organizações (laranjas, verdes e azul-petróleo) coexistem no século XXI, o ESG é um fenômeno que não está completamente estabelecido na sociedade, assim como a consciência biosférica, mas no atual estágio de degradação do planeta terra é preciso pensar em estratégias que consigam preservar a existência das gerações futuras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir sobre o fenômeno ESG como um processo comunicacional, fundado na perspectiva da comunicação como um processo que organiza relações sociais e constrói sujeitos integrantes de uma sociedade. Diante disso, partiu-se da seguinte problemática: como os processos ESG podem ser compreendidos como processos comunicacionais?

Nesse sentido, foi explorado o conceito de comunicação para além do tradicional paradigma de emissão e recepção de mensagens, tendo como base a perspectiva de Sodré (2014), onde a comunicação é compreendida como um processo de vinculação social, uma ciência que desempenha um papel fundamental na organização das relações sociais e na construção de vínculos que exercem influência tanto no âmbito social e político quanto no econômico. A partir dessa compreensão foram estabelecidas conexões com as ideias de Costa (2018), Braga (2011) e França (2001) que também consideram a comunicação como uma força construtora da realidade.

A partir disso é que se reflete sobre o fenômeno ESG, evidenciando a produção de sentido através das organizações ligadas às questões ambientais. Portanto, ao refletir sobre esse fenômeno, identificou-se três momentos cruciais no contexto da sustentabilidade: o período anterior ao desenvolvimento sustentável, no desenvolvimento sustentável e com surgimento do ESG. Em cada uma dessas etapas compreendeu-se processos de vinculação social específicos.

Tendo isso em vista, construiu-se um panorama histórico, buscando compreender os diversos paradigmas econômicos que permearam a história da humanidade, através da análise dos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) que dizem respeito às questões ambientais. Nesse sentido, percebeu-se que as manifestações da sociedade diante da problemática ambiental ganhava mais visibilidade a cada etapa, pois, conforme o meio ambiente ia se degradando, havia também a mudança das tecnologias digitais de comunicação, reduzindo fronteiras, criando espaços institucionais para discussão dessas questões.

Desse modo, compreendeu-se a diferença de sentido do desenvolvimento em contraponto ao entendimento do desenvolvimento sustentável, onde o primeiro era defendido pelos países em desenvolvimento, que buscavam a todo custo se industrializar como forma de reduzir as mazelas sociais como fome e pobreza, e o segundo defendido pelo bloco de países desenvolvidos que já procuravam, de certa forma, reduzir seus

impactos ambientais. Esse embate foi fundamental para constituir a priorização dos âmbitos ambiental, social e econômico, fundando o conceito de triple bottom line e mobilizando todas as esferas para que os recursos naturais fossem preservados.

Nesse contexto, inseriu-se o surgimento do fenômeno ESG, consolidando a entrada das questões ambientais no mundo dos negócios. Além disso, em cada um desses momentos históricos foi possível observar processos de vinculação social distintos. Portanto, o ESG está gerando valores para os investimentos futuros, ressaltando a crescente demanda por informações relacionadas ao termo na internet, conforme retratado no capítulo 2. Esse fato indica um interesse cada vez maior, não apenas por parte dos investidores, mas também da sociedade em geral. Desse modo, discutiu-se como os investidores estão exigindo práticas ESG das empresas por meio de indicadores, buscando alinhar seus valores pessoais com seus investimentos, demonstrando uma alteração nos vínculos instaurados a partir da relação das pessoas com as organizações que elas consomem.

Em vista disso, buscou-se sistematizar o ESG como um processo de vinculação social, compreendendo-o como uma abordagem que permeia as organizações e é resultado dos processos de interação social. Destacou-se também a importância da comunicação como elemento fundamental nesse contexto, influenciando as práticas ESG e a construção de vínculos sociais. Entretanto, apesar da percepção de que os processos históricos foram essenciais para compreender a importância e a necessidade da emergência do fenômeno ESG, principalmente para guiar ações futuras que promovam uma gestão empresarial mais sustentável e alinhada com as necessidades da sociedade e do planeta, notou-se que ainda há um grande percurso para que as organizações parem de gerar consideráveis degradações ao meio ambiente.

Perante o exposto, tem-se como resultado final o entendimento de que, não só o fenômeno ESG pode ser compreendido como um processo de vinculação social que constitui sujeitos e instaura vínculos entre consumidores, organizações e investidores, mas também todas formas de organizações aqui relatadas.

## REFERÊNCIAS

AMCHAM, KPMG. **Pilares estratégicos de ESG: O que todo gestor precisa saber.** E-Book 2023.

BAUWENS, Michel. et al. **Synthetic Overview of the Collaborative Economy.** Orange Labs and P2P Foundation, 2012.

BBC. **Qual a indústria que mais polui o meio ambiente depois da indústria do petróleo?** BBC News – Brasil, 13 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-39253994>>. Acesso em 07 junho 2023

B3 – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Novo Valor: Sustentabilidade nas Empresas. Como Começar, quem envolver e o que priorizar.** B3, 2019.

BELINKY, Aron. **Seu ESG é sustentável? Sustentabilidade empresarial é mais que um rótulo da moda e seguir apenas a atual onda pode ser um risco para o negócio e para a sociedade.** GV-executivo, v. 20, n. 2, p. 32-33, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/85080/80457>. Acesso em: 02 mai. 2023.

BRAGA, J. L. **Constituição do campo da comunicação.** Revista Verso e Reverso, São Leopoldo, v. 25, n. 58, ano XXV, p. 62-77, 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924>> Acesso em: 12 fev. 2023.

CÂMARA, Luísa Martins de Arruda. **Uma base para os pilares ESG: indicadores e regulamentação com ferramentas para superar o greenwashing.** Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Belo Horizonte, ano 3, n. 6, p. 99-113, jul./dez. 2021

CASTRO, Rodrigo; COSTA, Carolina da. **Transformação ESG: O papel das grandes empresas e de cadeias produtivas integradas.** Solidaridad South America, 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.solidaridadsouthamerica.org/brasil/pt/news/transforma%C3%A7%C3%A3o-esg-o-papel-das-grandes-empresas-e-de-cadeias-produtivas-integradas>. Acesso em: 02 maio 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COMMITTEE (Committee.iso.org). **ISO/TC 322: Sustainable finance**. Disponível em: <https://committee.iso.org/home/tc322>. Acesso em: 07 junho 2023

COMUNICAÇÃO. In: **Michaelis, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/comunicação>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

COSTA, Ramon Bezerra. **Economia da confiança: comunicação, tecnologia e vinculação social**. Curitiba: Appris, 2018.

CRUZ, AUGUSTO. **Introdução ao ESG: meio ambiente, social e governança corporativa**. Grupo Editorial Scortecci. Edição do Kindle.

DEUTSCH WELLE. **Patrimônio dos 26 mais ricos equivale ao dos 50% mais pobres. 21 jan. 2019**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/patrim%C3%B4nio-dos-26-mais-ricos-equivale-ao-dos-50-mais-pobres-do-mundo/a-47163129>>. Acesso em: 7 junho 2023.

ELIAS, Juliana. **Desigualdade no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas**. CNN Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/>> Acesso em: 2 julho 2023.

ELKINGTON, John. **25 Years Ago I Coined the Phrase “Triple Bottom Line.” Here’s Why It’s Time to Rethink It**. Disponível em: <https://hbr.org/2018/06/25-years-ago-i-coined-the-phrase-triple-bottom-line-heres-why-im-giving-up-on-it> Acesso em: 3 junho 2023

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: The triple bottom line of 21th century business**. Oxford: Capstone Publishing, 1997.

FRANÇA, Vera Veiga. **Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?** Revista eletrônica Ciber legenda, n. 5, ed. especial, p. 1-19, 2001.

FREITAS, Vladimir Passos de. **O novo papel das empresas na proteção do meio ambiente**. Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno, São Paulo, n. 1. p. 13, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/DDEM>. Acesso em: 19 junho 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade versão 3.0**. São Paulo: GRI, 2006.

GURSKI, Bruno; GONZAGA, Roberto; TENDOLINI, Patricia. **Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental**. Administração de Empresas em Revista, [S.l.], v. 1, n. 7.  
<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924>. Acesso em: 12 fev. 2023.

IGNACIO, Julia. **ECO-92: o que foi a conferência e quais foram seus principais resultados?** Politize!, [S.l.], 23 nov. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/eco-92/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo; GUERRA, Isabella Franco. **30 anos do Relatório Brundtland: Nosso Futuro Comum e o Desenvolvimento Sustentável como Diretriz Constitucional Brasileira**. Revista de Direito da Cidade, Rio de Janeiro, v. 09, n. 4, p. 1884-1901, 2017.

KOTLER, Philip; KOTLER, Milton. **Marketing de crescimento: estratégias para conquistar mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2013.

LALOUX, Frederic . **Reinventando as organizações: um guia para criar organizações inspiradas no próximo estágio da consciência humana**. Curitiba: Voo, 2018.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. Orientadora: Laura Maria Goulart Duarte. Tese de Doutorado. Brasília-DF, 2005.

MANZO, Abelado J. **Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis.** Buenos Aires: Humanitas, 1971.

MARCHIORI, Marlene. **Os desafios da comunicação interna nas organizações.** **Revista FAE Business.** Curitiba, v. 10, n. 1, p. 65-78, 2007

MARTINEZ-ALIER, J. **The environmentalism of the poor.** Northampton, Edward Elgar Publishing, 2002.

MARTINS, Maria de Fátima; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Índices de desenvolvimento sustentável para localidades: uma proposta metodológica de construção e análise.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 2012, Joinville.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, Ana Cristina Viana. **FRECHIANI, Renata S. Moreira. Sustentabilidade Uma análise do impacto do modelo ESG no ambiente empresarial, caso harsco.** **Revista Espaço Transdisciplinar,** [s. l], v. 5, n. 1, p. 1-25, 06 ago. 2022.

O GLOBO. **Queda de 7% das emissões de gases do efeito estufa na pandemia terá reflexo insignificante sobre mudanças climáticas. 9 dez. 2020.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/queda-de-7-das-emissoes-de-gases-do-efeito-estufa-na-pandemia-tera-reflexo-insignificante-sobre-mudancas-climaticas-24788169>.

Acesso em: 07 junho 2023

PACTO GLOBAL, FALCONI, STILINGUE. **Como está a sua agenda ESG?** E-Book 2022. Disponível em:

[https://storage.pardot.com/979353/1678468562cJcjh9tT/E\\_BOOK\\_ESG2023.pdf](https://storage.pardot.com/979353/1678468562cJcjh9tT/E_BOOK_ESG2023.pdf)

Acesso em: 5 junho 2023

PNUMA. **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial - 2002, Geo3: passado, presente e futuro.** Brasília: Ibama/uma - Universidade Livre da Mata Atlântica, 2004.

PONTES, Christina. **Origem e evolução do conceito de sustentabilidade.** Politize!, 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/origem-e-evolucao-do-conceito-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

RAWORTH, Kate. **Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

RICHTER, Marc François. MACHADO, Andreia de Bem. PEIXOTO, João Alvare MORBACH, Jaqueline. **Relações entre transformação digital e sustentabilidade: os pilares do esg.** R. bras. meio. amb. sustentab., Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 89-113, abr/jun. 2022.

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo.** São Paulo: Makron Books, 2016.

MORBACH, Jaqueline. **Relações entre transformação digital e sustentabilidade: os pilares do esg.** R. bras. meio. amb. sustentab., Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 89-113, abr/jun. 2022.

SANTOS E SILVA, Fábio Coelho Netto. **Sustentabilidade empresarial e ESG: uma distinção imperativa.** Revista Gestão e Secretariado (GeSec), São Paulo, SP, v. 14, n.1, 2023, p. 247-258.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional.** Petrópolis: Vozes, 2014

SODRÉ, Muniz. **A comunicação eletrônica é epistemóloga.** [Entrevista cedida a] Rafael Grohmann. Revista Parágrafo, São Paulo, v. 1, n. 3, jan./jun. 2015.

SODRÉ, Muniz. **Sobre a epistème comunicacional.** Revista Matrizes, São Paulo, v. 1, n. 1, p.15-26, out. 2007.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e redes.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da ciência.** 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

**THE GLOBAL COMPACT. Connecting Financial Markets to a Changing World: Recommendations to better integrate environmental, social and governance issues in financial analysis, asset management and securities brokerage.** Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/library/286>. Acesso em: 02 maio 2023.